

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Pilar 3

2º Trimestre 2016



INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo apresentar as informações do Conglomerado Prudencial Rodobens para atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil, através da Circular 3.678, de 31/10/2013, que dispõe sobre a divulgação de informações de natureza qualitativa e quantitativa relativas à Gestão de Riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

A Diretoria do Banco Rodobens, por delegação do Conselho de Administração, é responsável pela condução dos negócios, pela divulgação das demonstrações financeiras, pela compreensão dos riscos que possam impactar o capital, pelo acompanhamento contínuo das atividades de gerenciamento de riscos e pela divulgação das informações sobre o gerenciamento de riscos.

PERFIL CORPORATIVO

Vinculado ao Grupo Rodobens, que possui mais de 60 anos de tradição e experiência no mercado de veículos desde a sua fundação, o Banco Rodobens é um Banco Múltiplo, autorizado a operar na carteira comercial, carteira de crédito, financiamento e investimento e de Leasing, atuando no financiamento de automóveis e veículos comerciais, oriundos de vendas próprias das marcas Toyota, Mercedes Benz e Hyundai, bem como no financiamento às construtoras para término de obra, através do produto Plano Empresário.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos é considerada pelo Banco Rodobens um instrumento essencial para tomada de decisão, para o acompanhamento do desempenho dos negócios, para a geração de valor ao Banco e aos acionistas, com a definição de estratégias e objetivos para atingir o equilíbrio entre as metas de crescimento orçamentárias, o retorno de investimentos e os riscos associados ao negócio.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

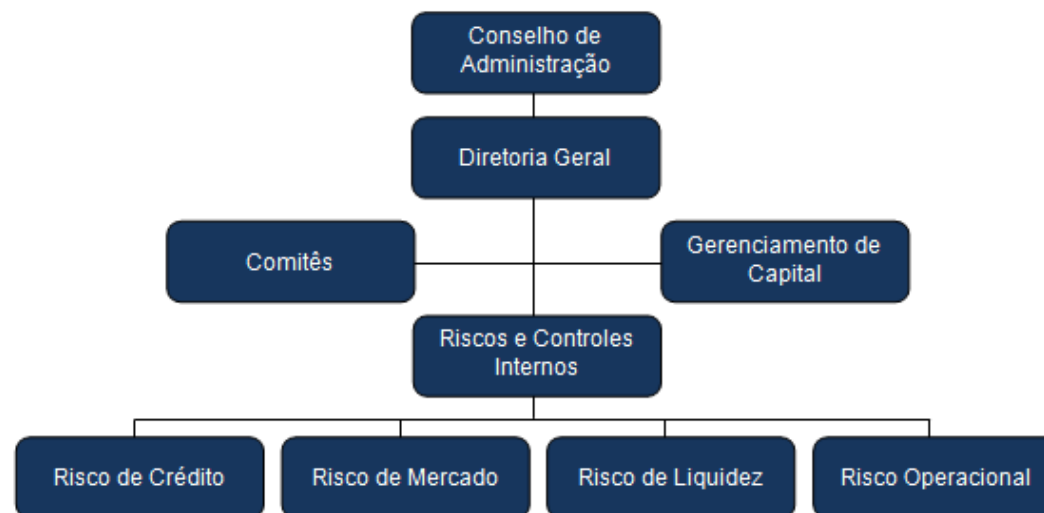
A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Rodobens atende as regulamentações do Banco Central do Brasil, alinhada as melhores práticas de mercado e está habilitada para medir, monitorar e mitigar a exposição aos riscos, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações.

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional é realizado pela área de Riscos e Controles Internos, com reporte à Diretoria Geral e segregada das áreas de negociação (tomadoras de risco), visando assegurar que os riscos sejam administrados de forma independente e de acordo com as políticas internas e a legislação em vigor.

A Instituição dispõe do Comitê de Riscos Corporativo, que tem por objetivo dar tratamento aos principais pontos de riscos nos processos, de forma a assessorar a Administração na gestão de riscos.

O Comitê de Gestão tem em sua pauta permanente o gerenciamento de riscos, com a atribuição de monitorar os principais indicadores de exposição e deliberar sobre os assuntos sob sua alçada, de acordo com o grau de relevância e impacto do tema, garantindo o alinhamento da gestão de riscos à estratégia do negócio.



RISCO DE CRÉDITO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- (I) o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- (II) o risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do País onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- (III) a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- (IV) a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

POLÍTICA

As políticas relacionadas ao processo de concessão de crédito e de cobrança consideram as características e perfil de clientes Rodobens ou seja, clientes que estabelecem relacionamento com as diversas Unidades de Negócios do Grupo Empresarial, criando, assim, lastro de cadastro compatível com o perfil específico de negócios realizados pelo Banco. Este aspecto permite à Instituição ter elementos históricos de comportamento de crédito de clientes em potencial. As políticas

ainda estabelecem regras definidas e aprovadas e abrangem entre outros, os seguintes aspectos: informações cadastrais, comprometimento de renda, capacidade de pagamento, produto, prazo, percentual de entrada, garantia, análise julgamental, régua e ações de cobrança.

METODOLOGIA

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito prevê:

- ✓ Análises de crédito baseada em *credit score* e julgamental;
- ✓ Estabelecimento de limites;
- ✓ Sistemas de avaliação da evolução da carteira de crédito;
- ✓ Regras e procedimentos para recuperação de crédito;
- ✓ Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito e a adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela legislação;
- ✓ Análise mensal dos maiores clientes;
- ✓ Testes de estresse da carteira de crédito.

MONITORAMENTO

A avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita, ainda, a definição de regras de monitoramento de risco de crédito diferenciadas em função das características dos clientes, produtos e garantias da operação. Para controle e gerenciamento de risco de crédito são consideradas, principalmente, a qualidade (classificação e avaliação dos clientes) e a composição e concentração da carteira (por cliente, grupo econômico, região de atuação, setor de atividade, produto, maiores devedores, safra entre outros).

O monitoramento atua na mitigação do risco de crédito, por meio do acompanhamento dos indicadores de inadimplência, comprometimento junto ao mercado e da identificação de novos componentes que ofereçam riscos, bem como o monitoramento dos maiores riscos e o nível de provisionamento para a adequada cobertura das perdas esperadas e inesperadas.

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Além disso, há o acompanhamento de oscilações de Saldo Devedor x índice de inadimplência, evolução no tempo sobre este último x valor tomado no mercado, além de acompanhar a classificação de risco baseada em proximidade de valores financiados e comprometimento no mercado. Eles permitem uma noção mais abrangente de condições passíveis de manutenção de monitoramento ou de medidas assecuratórias do crédito, que podem passar por análise de novas garantias, abordagem pré-renegociação ou limitação de novas concessões.

São realizados testes de estresse para análise do comportamento da carteira em situações extremas, considerando a definição dos “cenários de crise” de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

Os resultados gerados pelo teste de estresse são avaliados pela diretoria, e se for o caso, o Banco poderá revisar sua política de concessão de crédito ou contingenciar linhas de negócios.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Crédito (GRC) e do conjunto de Políticas Internas, de forma a subsidiar a Área de Riscos e Controles Internos com as informações e os indicadores necessários para a eficaz gestão do risco de crédito do Banco.

A manutenção de sistemas, modelos e procedimentos de concessão de crédito são continuamente revisadas, buscando aprimorar a qualidade das informações e o aperfeiçoamento dos processos.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Em conformidade com o artigo 7º da Circular 3.678/2013 do Banco Central do Brasil, apresentamos as informações relativas às exposições ao risco de crédito:

Valor Total das Exposições e Valor da Exposição Média no Trimestre - Por Tipo de Exposição						
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
PF - Consignado	7.980	6.510	5.171	4.121	3.135	2.218
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	375.794	354.036	328.692	309.123	285.565	260.175
PF - Financiamento Habitacional	39.013	33.991	30.875	27.838	25.077	30.996
PF - Outros	15.693	14.828	13.916	13.440	12.446	11.267
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	805.761	767.333	727.316	694.347	650.912	610.677
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	106.133	100.310	96.824	90.706	71.540	77.783
PJ - Financiamento Habitacional	298.262	365.448	424.386	470.812	522.633	543.827
PJ - Outros	9.649	13.709	15.524	15.774	19.183	18.522
Total da Exposição da Carteira	1.658.285	1.656.165	1.642.705	1.626.161	1.590.491	1.555.465
Exposição média do Trimestre	1.676.121	1.649.496	1.648.946	1.636.192	1.602.994	1.551.104

Maiores Clientes em Relação à Carteira						
Percentual de Exposição	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
10 Maiores Devedores	6,68%	6,82%	7,42%	7,88%	8,33%	9,02%
100 Maiores Devedores	30,20%	33,07%	36,06%	37,87%	40,18%	43,05%

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Distribuição do Tipo de Exposição por Região Geográfica - 30/06/2015						
Setor Econômico - Valores em R\$ Milhares	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Total geral
PF - Consignado	812	172	905	1.006	3.616	6.510
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	35.695	7.533	79.433	75.771	155.604	354.036
PF - Financiamento Habitacional	827	3.892	316	4.476	24.480	33.991
PF - Outros	1.646	3.063	534	867	8.718	14.828
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	112.564	34.278	166.912	203.548	250.030	767.333
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	6.994	24.181	3.335	5.196	60.604	100.310
PJ - Financiamento Habitacional	103.009	80.553	13.236	30.668	137.982	365.448
PJ - Outros	4.933	125	2.920	2.464	3.268	13.709
Total Por Setor Econômico	266.480	153.798	267.590	323.995	644.302	1.656.165

Distribuição do Tipo de Exposição por Região Geográfica - 30/06/2016						
Setor Econômico - Valores em R\$ Milhares	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Total geral
PF - Consignado	288	76	305	291	1.258	2.218
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	27.848	24.621	53.739	59.023	94.943	260.175
PF - Financiamento Habitacional	1.061	3.660	1.125	7.404	18.156	30.996
PF - Outros	1.611	1.579	416	958	6.704	11.267
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	81.268	31.554	133.221	171.649	192.577	610.677
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	5.511	3.835	1.569	17.435	49.434	77.783
PJ - Financiamento Habitacional	176.692	109.605	18.358	43.381	195.791	543.827
PJ - Outros	2.200	1.098	2.742	4.564	7.918	18.522
Total Por Setor Econômico	296.478	176.027	211.474	304.705	566.780	1.555.465

Distribuição por Setor Econômico e Tipo de Exposição - 30/06/2016							
Setor Econômico - Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Físicas	Habitação	Total geral
PF - Consignado	-	-	-	-	2.218	-	2.218
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	260.175	-	260.175
PF - Financiamento Habitacional	-	-	-	-	30.996	-	30.996
PF - Outros	-	-	-	-	11.267	-	11.267
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	41.368	210.790	8.722	349.640	-	157	610.677
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	6.981	2.847	66	38.523	-	29.366	77.783
PJ - Financiamento Habitacional	-	57	-	-	-	543.770	543.827
PJ - Outros	438	3.405	113	10.947	-	3.619	18.522
Total Por Setor Econômico	48.787	217.099	8.901	399.110	304.656	576.912	1.555.465

Distribuição por Setor Econômico e Tipo de Exposição - 30/06/2015							
Setor Econômico - Valores em R\$ Milha-res	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Físicas	Habitação	Total geral
PF - Consignado	-	-	-	-	6.510	-	6.510
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	354.036	-	354.036
PF - Financiamento Habitacional	-	-	-	-	33.991	-	33.991
PF - Outros	-	-	-	-	14.828	-	14.828
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	64.495	268.753	9.382	424.595	-	108	767.333
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	8.628	6.470	-	63.259	-	21.953	100.310
PJ - Financiamento Habitacional	-	-	-	-	-	365.448	365.448
PJ - Outros	461	3.104	90	6.275	-	3.778	13.709
Total Por Setor Econômico	73.585	278.326	9.472	494.129	409.365	391.288	1.656.165

Prazo a Decorrer das Operações - Por Tipo de Exposição - 30/06/2016				
Valores em R\$ Milhares	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
PF - Consignado	808	585	600	-
PF - Financiamento Habitacional	5.787	5.218	14.587	4.244
PF - Outros	3.463	1.812	4.542	978
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	81.245	58.907	114.037	14
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	24.372	14.649	36.245	736
PJ - Financiamento Habitacional	289.738	136.794	105.337	695
PJ - Outros	6.138	3.562	7.767	-
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	146.351	122.520	325.632	35
Total	557.902	344.047	608.747	6.702

Prazo a Decorrer das Operações - Por Tipo de Exposição - 30/06/2015				
Valores em R\$ Milhares	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
PF - Consignado	1.995	1.587	2.564	-
PF - Financiamento Habitacional	6.308	5.739	20.591	281
PF - Outros	3.514	2.707	6.927	1.277
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	104.230	82.062	161.212	34
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	27.459	21.824	47.341	2.591
PJ - Financiamento Habitacional	114.809	141.652	106.024	-
PJ - Outros	2.619	2.525	8.446	1
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	161.837	142.121	452.064	93
Total	422.772	400.217	805.168	4.278

Distribuição por Faixa de Atraso Por Região - 30/06/2015					
Valores em R\$ Milhares	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Norte	2.164	367	537	336	64
Nordeste	4.123	321	580	274	116
Centro-Oeste	2.493	604	664	470	35
Sudeste	5.067	1.119	1.765	1.208	478
Sul	616	79	153	89	8
Total	14.463	2.490	3.699	2.377	701

Distribuição por Faixa de Atraso Por Setor Econômico - 30/06/2016					
Valores em R\$ Milhares	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Indústria	250	43	88	70	-
Comércio	2.525	793	1.181	738	81
Habitação	6.881	1.617	3.491	123	-
Rural	21	-	-	-	-
Serviços	5.696	1.476	2.200	1.815	1.149
Físicas	3.294	1.160	1.912	1.344	119
Total	18.667	5.089	8.872	4.090	1.349

Operações Baixadas para Prejuízo no 2º Trimestre/16						
Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação
Operações baixadas para prejuízo	315	1.092	-	2.689	4.950	-

Montante de Provisões para Perdas no Trimestre por Setor Econômico - 30/06/2015						
Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa física	Habitação
Saldo Inicial - Abr/2015	506	6.292	102	13.983	16.164	216
Constituição Provisão	117	- 133	- 14	- 352	2.676	269
Baixas para prejuízo	-	- 503	-	- 2.768	- 4.111	-
Saldo Final Provisão - Jun/2015	623	5.656	88	10.863	14.729	485

Montante de Provisões para Perdas no Trimestre por Setor Econômico - 30/06/2016						
Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Físicas	Habitação
Saldo Inicial - mar/2015	1.069	9.532	29	16.132	16.481	19.776
Constituição Provisão	153	237	13	2.219	1.779	1.753
Baixas para prejuízo	- 315	- 1.092	-	- 2.689	- 4.950	-
Saldo Final Provisão - Jun/2016	907	8.677	42	15.662	13.310	21.529

Valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas do Conglomerado Prudencial.

Risco de Crédito da Contraparte						
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
Com atuação de câmaras	4.897	164.758	97.472	106.845	130.823	191.001
Sem atuação de câmaras	2.146	1.521	1.826	1.517	1.530	2.606

Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação.

Risco de Crédito da Contraparte						
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
Valor positivo bruto dos contratos	474.293	863.746	924.670	708.309	852.971	756.873

RISCO SOCIOAMBIENTAL

DEFINIÇÃO

O risco socioambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Neste contexto, o Banco atua preventivamente com o objetivo de evitar o relacionamento com empresas que desrespeitem a legislação ou exerçam suas atividades de forma prejudicial ao meio ambiente.

POLÍTICA

O Banco Rodobens considera a variável socioambiental no estabelecimento de suas estratégias e diretrizes de negócio, na utilização dos recursos naturais e em sua conduta com os stakeholders da organização (colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade em geral). A política determina as atividades que representam maior potencial de risco socioambiental, por sua natureza, finalidade ou recursos empregados e os processos de controle que são adotados para o monitoramento e mitigação de riscos socioambientais.

MONITORAMENTO

Para monitoramento do risco socioambiental, são utilizados indicadores com objetivo de mensurar o nível de exposição do cliente / operação e a tomada de ações necessárias em face do risco, bem como indicadores internos de aderência às práticas sustentáveis.

No desenvolvimento de novos produtos, são projetados os possíveis impactos causados em sua cadeia, considerando aspectos legais, de risco de crédito, de sustentabilidade e reputacional.

No âmbito interno, são adotadas medidas para a redução do consumo de energia e água, buscando o aprimoramento constante na gestão dos recursos naturais utilizados, por meio da adequada manutenção das instalações e da aplicação de novas tecnologias capazes de gerar maior eficiência e menor impacto ambiental.

RISCO DE MERCADO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.464 do Banco Central do Brasil, define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, nas operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

POLÍTICA

O Banco Rodobens adota como estratégia de “*funding*” a diversificação de fontes e produtos de captação e volume necessário para suprir o saldo de suas operações ativas, mantendo sempre caixa livre disponível no máximo entre 50% do PL (exceto investimento em coligadas) e 50% do Caixa do Grupo, obedecendo à política de limites de descasamento aprovadas pelo Comitê de Gestão.

A estratégia de “*funding*” é aprovada pelo Comitê de Gestão.

O relacionamento com Instituições Financeiras obedece às diretrizes corporativas que aprovam o “*rating*” mínimo necessário para manutenção de operações ativas e passivas, pautada também na política de longo prazo.

LIMITES OPERACIONAIS

O estabelecimento de limites de risco tem por finalidade limitar as operações, onde se tem um conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco e para garantir a alocação de capital. Sempre que ocorrer a extrapolação de limite é convocado o Comitê de Gestão a fim de verificar os motivos da ocorrência e a adoção de medidas cabíveis.

METODOLOGIA

O Banco Rodobens adotou um conjunto de metodologias de análise de sensibilidade, discriminado abaixo, para avaliar o risco de mercado:

- ✓ **Cálculo do VaR** (*Value at Risk* ou Valor em Risco): valor que representa a perda esperada durante um certo intervalo de tempo, sob condições normais de mercado com um grau de confiança considerado adequado.

- ✓ **Descasamento de Ativos e Passivos**: os ativos e passivos são marcados a mercado (*Mark-to-Market*) por carteira e indexador pelos respectivos prazos de duração.

- ✓ **Simulação do Cenário de Stress** (*stress test*): realizado para estimar possíveis perdas no capital da Instituição (patrimônio) em situações extremas de mercado ou volatilidade. São utilizados como premissas para o cenário de simulação as políticas e limites internos para exposição ao risco, sendo as variáveis para cálculo do *VaR* os parâmetros fornecidos pelo Bacen, cenários de liquidez e cenários de inadimplência.

- ✓ **Análise de Sensibilidade**: comportamento da carteira do Banco em caso de alteração nas curvas das taxas de juros de cada fator de risco.

O **VaR** e o **Stress Test** são ferramentas complementares para avaliação de risco de mercado: o primeiro reflete o “risco cotidiano” e o segundo reflete o “risco em uma situação de crise”.

EXPOSIÇÃO A RISCOS

O risco de mercado compatível com a natureza das operações do Banco está relacionado à flutuação de taxas de juros em função de mudanças de cenário econômico.

As exposições são controladas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

MONITORAMENTO

O monitoramento das operações e posições sujeitas a risco de mercado é realizado através da mensuração do Valor em Risco (*Var*) das carteiras, possibilitando a adequação da exposição a níveis aceitáveis. São apresentados relatórios de descasamento de ativos e passivos, permitindo o controle dos limites de concentração nos respectivos mercados no qual o Banco mantém posições.

Os prazos, moedas e os diferentes mercados são avaliados e monitorados diariamente para garantir aderência aos limites estabelecidos.

O Banco estabeleceu o limite do Var em 2% do Patrimônio Líquido, com acompanhamento diário, através da comparação Var X Limite, e quando identificado aproximação ou extrapolação dos limites definidos, a Área de Riscos e Controles Internos aciona a Administração para tomada de decisão.

A Área de Riscos e Controles Internos disponibiliza relatórios gerenciais periódicos de controles das exposições à Diretoria e realiza diariamente o monitoramento dos limites operacionais e as posições assumidas pela Tesouraria.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE MERCADO

Os testes de estresse são realizados periodicamente através do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (SGRM) considerando “cenários de crise” definidos pela Diretoria de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado e do conjunto de Políticas Internas, visando garantir o adequado monitoramento das posições detidas pelo Banco e o célere reporte à Administração.

RISCO DE LIQUIDEZ

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 4.090 do Banco Central do Brasil, define-se risco de liquidez como:

- (I) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- (II) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

LIMITES

O Banco Rodobens estabelece “limite mínimo” de caixa, que visa proporcionar maior conforto para a administração da liquidez e conseqüentemente garantir a capacidade de pagamento dos compromissos.

Caso seja observada condição de não conformidade dos fluxos projetados com a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e seja detectada dificuldade de adequação desses fluxos às diretrizes estabelecidas, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) é imediatamente acionado para definir as medidas necessárias ao reequilíbrio do caixa.

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco liquidez, aprovada e revisada anualmente apresenta as diretrizes para o processo decisório para a administração do risco de liquidez:

- ✓ Apuração e acompanhamento diário do risco de liquidez;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ✓ Definição e acompanhamento de estratégias de diversificação das fontes e prazos de captação;
- ✓ Estabelecimento de limites, de curto e de longo prazo;
- ✓ Realização periódica de testes de estresse;
- ✓ Definição de plano de contingência de liquidez, com os procedimentos e instrumentos para fazer frente às situações de estresse.

MONITORAMENTO

O monitoramento do risco de liquidez observa os seguintes princípios e metodologias:

- ✓ Cumprimento da legislação em vigor e das políticas de risco, e utilização das boas práticas bancárias, ética e boa conduta;
- ✓ Acompanhamento diário do fluxo de caixa projetado, para monitorar o comportamento dos ativos e passivos no decorrer dos fluxos de vencimentos, tendo assim, uma visão gerencial de possíveis descasamentos futuros e a aderência da política de Caixa com as operações do Banco;
- ✓ Limite Mínimo de Caixa para garantir o pagamento das obrigações do Banco;
- ✓ Fluxo de Caixa Estressado, onde são aplicados cenários de estresse que envolvem antecipações (resgate antecipado), atrasos e perdas em operações e renovações de operações;
- ✓ Avaliação diária das operações da carteira, com acompanhamento detalhado das projeções de fluxo de caixa até 252 dias úteis;
- ✓ Acompanhamento diário das liquidações de contas a receber;
- ✓ Acompanhamento sistemático das operações a fim de evitar descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações;
- ✓ Definição de políticas de contingência e planejamento de liquidez;
- ✓ Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomadas de decisões.

A projeção do fluxo de caixa de baseia nos seguintes componentes:

- ✓ Previsão de valores a receber em carteira;
- ✓ Projeção do desembolso com novas operações;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ✓ Despesas administrativas e impostos, conforme orçamento;
- ✓ Saldo dos recursos aplicados;
- ✓ Saldo dos recursos à vista;
- ✓ Fluxo de novas captações no mercado;
- ✓ Fluxo de vencimento das operações passivas;
- ✓ Compulsório sobre recursos à vista.

O monitoramento do caixa é realizado diariamente considerando as datas de pagamentos e recebimentos e os valores de todos ativos e passivos, referente a cada prazo. O processo de monitoramento é feito em tempo real para as transações do SPB (da Abertura ao Fechamento do Caixa) e com isso, todos os destaques de movimentação de ativos e passivos ocorridos durante o dia são reportados à Alta Administração.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência do Banco Rodobens prevê alternativas que devem ser aplicadas quando da ocorrência de situação de estresse de liquidez e os efeitos positivos pela aplicação do Plano de Contingência devem ser suficientes para o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

As alternativas serão priorizadas em função do momento do mercado ou em função do perfil da carteira de ativos, sendo as principais ações a serem tomadas em estresse de liquidez:

- ✓ **Primárias:** utilização de limites pré-aprovados para captação de novos recursos, limitação de concessão ou renovação de operações de crédito e/ou aumento do volume de captações junto a empresas ligadas.

- ✓ **Secundárias:** Ceder créditos, estruturar securitização de recebíveis, utilizar linhas com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e/ou obter aporte financeiro dos acionistas.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (RM) e do conjunto de Políticas Internas, visando garantir o adequado monitoramento dos limites estabelecidos e o célere reporte à Administração.

RISCO OPERACIONAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiências em contratos firmados pelo Banco Rodobens, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Rodobens.

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco operacional, aprovada e revisada anualmente, estabelece as diretrizes e o modelo de gestão para a mensuração e administração dos riscos operacionais, bem como a estrutura e definição de responsabilidades de todos os níveis da organização.

EVENTOS DE RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional são agrupados em oito níveis:

- ✓ Fraude interna;
- ✓ Fraude externa;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- ✓ Interrupção das atividades da instituição;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para gestão do risco operacional envolve as seguintes fases:

- ✓ Mapeamento dos processos, riscos e controles;
- ✓ Classificação do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos mapeados;
- ✓ Classificação da efetividade e maturidade dos controles mapeados;
- ✓ Avaliação e mensuração dos riscos identificados;
- ✓ Monitoramento de Planos de Ação e sua efetividade;
- ✓ Registro e análise de ocorrência de não conformidades;
- ✓ Registro e análise de eventos de perdas contabilizadas.

ALOCAÇÃO DE CAPITAL

É utilizada para apuração da parcela de capital para cobertura de Risco Operacional do Conglomerado Prudencial a metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa”, prevista no artigo 1º da Circular 3.640, de 04/03/2013.

MONITORAMENTO

O monitoramento dos riscos relativo às atividades dos processos operacionais visa garantir que:

- ✓ Os riscos operacionais associados as suas atividades sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração;
- ✓ A estrutura de controles internos seja permanentemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, de forma a manter a sua adequação ao cenário atual;
- ✓ A implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional está pautado em avaliações preventivas e corretivas em processos e na análise de eventos de perdas potenciais e/ou materializados, visando identificar o nível de exposição aos riscos e a aplicação de medidas mitigatórias, considerando-se o fator humano, processos, sistemas e eventos externos.

SISTEMA

A Gestão de Risco Operacional está apoiada pelo Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional (SGRO) adequado ao volume e complexidade dos negócios do Banco Rodobens.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.988, do Banco Central do Brasil, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição e (iv) adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

O Conglomerado Prudencial Rodobens possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações, através de processos consistentes que apontam o perfil do risco e o correspondente consumo de capital.

São considerados no gerenciamento de capital os seguintes aspectos: cenário econômico, fatos relevantes, ameaças e oportunidades, ambiente regulatório, condições mercadológicas, metas de crescimento e de participação do mercado, fontes de capital, projeções de crescimento da carteira, das receitas e das despesas que visam monitorar as necessidades de capital frente aos riscos de exposição.

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Apresentamos o detalhamento das informações referentes à evolução do Patrimônio de Referência (PR):

Detalhamento do PR - Conglomerado Prudencial		
Valores em R\$ Milhares	Jun/2015	Jun/2016
Patrimônio de Referência	895.481	948.666
PR nível I desconsiderados os Ajustes Prudenciais	895.481	983.823
(-) Ajustes Prudenciais	1.813	35.157

DETALHAMENTO DO MONTANTE DE ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)

Apresentamos a evolução dos ativos ponderados pelo risco RWA (Risk Weighted Assets) do Conglomerado Prudencial:

Risco de Mercado						
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
Parcela PJUR (1) – Juros Pré-Fixados	3.671	3.427	3.794	2.588	-	-
Total Parcela RWA MPAD	3.671	3.427	3.794	2.588	-	-

SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

A avaliação da suficiência de capital do Conglomerado Prudencial tem por objetivo assegurar capital para apoiar o desenvolvimento do negócio. O gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico que considera possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atuamos.

A suficiência de capital do Conglomerado Prudencial é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basileia que neste período foi de 24,03%, sendo que para os índices considerando o Capital Nível I e Capital Principal os valores foram de 24,03%.

Conglomerado Prudencial						
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015	Jun/2015	Set/2015	Dez/2015	Mar/2016	Jun/2016
Patrimônio de Referência (PR)	927.183	895.481	913.890	914.018	953.589	948.666
Patrimônio de Referência - Nível I	927.183	895.481	913.890	914.018	953.589	948.666
Capital Principal	927.183	895.481	913.890	914.018	953.589	948.666
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	384.363	363.459	350.028	433.124	387.265	389.884
Margem Patrimônio de Referência + Rban	479.921	482.099	539.776	458.362	554.446	532.663
Índice de Basileia (art. 6º - inciso VI)	26,53%	27,10%	28,72%	23,21%	24,32%	24,03%
Índice de Nível I (art. 6º - inciso VII)	26,53%	27,10%	28,72%	23,21%	24,32%	24,03%
Índice de Capital Principal (art. 6º - inciso VIII)	26,53%	27,10%	28,72%	23,21%	24,32%	24,03%

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Conforme disposto na Resolução 3.748 do Banco Central do Brasil, a Razão de Alavancagem (RA) é apurada pela divisão do valor do Nível I do Patrimônio de Referência (PR) pelo valor da exposição total. Este índice complementa o requerimento mínimo de capital já existente, e está alinhado com as recomendações de Basileia III, no que tange à limitação do nível de exposição a risco pelas Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a Razão de Alavancagem apurada no 1º trimestre de 2016:

Razão de Alavancagem (RA)	Valor (R\$ mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	-
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	6.407
Total das exposições contabilizadas no BP	6.407
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos	5.597
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	113.531
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Total das exposições relativas as operações com instrumentos financeiros derivativos	119.128
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	2.966.780
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
Valor das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	2.966.780
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	110.513
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	- 99.461
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	11.051
Capital e Exposição Total	
Nível I	948.666
Exposição Total	3.090.552
Razão de Alavancagem (RA)	
Razão de Alavancagem de Basiléia III	30,70%

COMPOSIÇÃO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Empresas Consolidadas
Banco Rodobens S.A
Rodobens Administradora de Consorcios Ltda
Portobens Administradora de Consorcios Ltda
Brqualy Administradora de Consorcios Ltda
Itabens Administradora de Consorcios Ltda
CNF - Administradora de Consorcios Nacional Ltda
Br Consorcios Administradora de Consorcios Ltda
Conbr Administradora de Consorcios Ltda
Rodobens Brasil Participacoes, Empreendimentos e Negocios Ltda
Brqualy Participacoes Ltda
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado VR
RDBR Fundo de Investimento Renda Fixa Credito Privado
Santander Fundo de Investimento ERBR Renda Fixa Credito Privado

O Banco Rodobens elabora suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as disponibiliza no seu site

(http://www.rodobens.com.br/GrupoVerdi/rodobensbanco/quem_somos.jsp).